

CONCURSO PROFESSOR DOUTOR

Edital IEB nº 010/2023

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 1 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Diretora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pelo Conselho Deliberativo em sessão ordinária realizada em 22/08/2023, estarão abertas, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com início às 8 horas (horário de Brasília) do dia 02/01/2024 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 01/03/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 1 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), claro/cargo nº 1019996, com o salário de R\$ 14.761,02 (maio/2023), junto ao Instituto de Estudos Brasileiros, na área de conhecimento Artes, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

1. Modernismos: tensões e contradições entre centros e periferias no Brasil
2. Artes Visuais no acervo do IEB-USP
3. História das exposições de artes visuais do século XIX ao século XXI
4. A crítica de arte: do século XIX ao século XXI
5. Curadoria e sistema das artes no Brasil
6. Artes visuais e seus públicos: diagnósticos e desafios
7. Coleções artísticas em museus e instituições universitárias: ensino, pesquisa e extensão
8. Projetos curatoriais e pesquisa acadêmica: desafios e perspectivas
9. Contracolonialidade e decolonialidade nas artes visuais brasileiras
10. Questões de raça, gênero, classe e natureza nas artes visuais brasileiras
11. Modos e estratégias de mediação em exposições de artes visuais
12. Novos protagonismos na produção e na recepção das artes visuais brasileiras

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento do Instituto de Estudos Brasileiros.

Tendo em vista a concessão do cargo nos termos do Edital CCD nº 001/2022, o maior peso da atuação profissional do docente indicado deverá corresponder, em todas as avaliações de sua carreira, à vertente "Cultura e Extensão Universitária", o que não o desobrigará, entretanto, a

atuar em todas as três vertentes ("Ensino", "Pesquisa e Inovação" e "Cultura e Extensão Universitária").

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições;

V – documento de identidade oficial.

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 7º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 11 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 12 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 13 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 14 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 15 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 16 - Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscreta por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 17 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 18 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

2. As inscrições serão julgadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Brasileiros, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 3

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 4

II) prova didática - peso 3

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do cargo docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24(vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

VIII – serão considerados habilitados para a segunda fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

IX – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste Edital.
6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.
7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V – se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

9. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.
10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.
11. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público,

limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.
13. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.
14. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.
15. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.
16. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.
17. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.
18. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.
19. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.
20. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.
21. Maiores informações, bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados no Serviço de Apoio ao Ensino do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, situado à Av. Prof. Luciano Gualberto, 78, Cidade Universitária, São Paulo-SP, CEP: 05508-065, e-mail iebacademico@usp.br

ANEXO – JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DO CLARO DOCENTE

Com o objetivo de melhor corresponder à missão de salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro, sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) deseja ampliar seu quadro docente. Com base em suas potencialidades e desafios, o corpo funcional identificou a necessidade de abertura de claro na área de Artes. Correspondendo ao projeto acadêmico do IEB, o perfil pretendido prioriza a interdisciplinaridade e a capacidade de atuar com os acervos, com dedicação ao ensino e a pesquisa, e com foco, sobretudo, na extensão universitária. O IEB, criado na USP em 1962, tem como missão promover a reflexão sobre o Brasil a partir da prática da interdisciplinaridade e da pesquisa em seus acervos, fontes para múltiplas áreas de conhecimento nas artes e humanidades. Constituem os acervos cerca de 800 mil documentos, livros e obras de arte, sob a guarda do Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais. O conjunto é reconhecido nacional e internacionalmente como dos mais significativos para o campo dos Estudos Brasileiros. A Biblioteca é a segunda maior Brasileira do país, atrás apenas da Biblioteca Nacional. O Arquivo é referência no campo dos arquivos pessoais, contando com cerca de 500 mil documentos, divididos em mais de 150 conjuntos. Entre titulares, figuram personalidades direta e indiretamente relacionadas à produção artística, intelectual, política, econômica e cultural: um manancial para a compreensão do Brasil. Estão sob a guarda do IEB, por exemplo – e apenas no campo da arte - os arquivos pessoais de Anita Malfatti, Mário de Andrade, Aracy Amaral, Marta Rossetti Batista, entre muitos outros.

O setor de Artes Visuais, criado em 1968 com a coleção de artes brasileiras e cultura popular de Mário de Andrade, constitui referência nacional e internacional ímpar para a história da arte produzida no Brasil, com ênfase no Modernismo. Tal conjunto, reconhecido e tombado como patrimônio nacional, está inscrito nos livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dos órgãos do patrimônio no estado (CONDEPHAT) e município (CONPRESP). É notório, portanto, que o IEB tem significativa contribuição para o destaque que a USP alcança entre universidades nacionais e internacionais, por dispor de grandes coleções, integradas a institutos, museus e unidades. O IEB conta com 13 docentes, de diversas áreas do saber, todos cumprindo o tripé determinado pelo Projeto Acadêmico do Instituto e atuando de modo interdisciplinar. À luz desse tripé, a pesquisa, o ensino e a gestão ocupam a parcela principal de seus trabalhos. Quanto às ações em cultura e extensão, deve-se reconhecer que mesmo com as exposições, publicações e cursos realizados nestes 60 anos, ao IEB ainda resta desenvolver um extraordinário potencial e, diante dos desafios contemporâneos, identificamos a necessidade de reforçar e integrar institucionalmente as ações de cultura e extensão.

OBJETIVO GERAL DA CONTRATAÇÃO DOCENTE:

A abertura de claro na área de Arte, com foco na extensão universitária, visa estimular que pesquisas e práticas pedagógicas com o acervo do IEB (com atenção especial ao Modernismo), ampliem e enriqueçam a significação da arte e da cultura. Com a expectativa de retomada das políticas de cultura no país, o IEB deseja participar do debate que se trava na sociedade brasileira, sobre a contribuição da cultura e da arte para o fortalecimento da democracia.

Diante dos desafios colocados rumo a uma universidade inclusiva e diversa, o claro docente pleiteado contribuirá, igualmente, para que o IEB traduza em ações e experiências concretas os resultados de pesquisas empreendidas a partir de seus acervos. A experiência desta produção intelectual, a ser enraizada nas atividades de extensão, tem o potencial de estreitar a interlocução do IEB com grandes centros de estudos brasileiros e latino-americanos, e, especificamente, com grandes centros de estudos culturais, agentes ativos na compreensão e elaboração das políticas globais voltadas ao fortalecimento da cidadania hoje.

A abertura do claro em questão atende à missão do IEB de extroversão o seu acervo de modo qualificado, sendo a própria instituição protagonista do processo de elaboração teórica, conceitual e curatorial a respeito do que são e do que podem ser os estudos brasileiros. O IEB deseja oferecer, com isso, uma face pública do melhor de seu trabalho acadêmico. Tal extroversão é indissociável da pesquisa, e se produz não depois dela, mas continuamente informada e problematizada por ela. Pressupõe as repercussões de longo prazo e o efeito sistêmico benigno que esta gera para a instituição, tais como a formação de quadros, de públicos e de expertise nacional na área. É a partir desse confronto com a instância pública que se testa e se firma a responsabilidade do IEB de dar a ver sua contribuição diferencial no campo dos estudos brasileiros, e se amplia, ademais, a possibilidade de o Instituto marcar a importância do debate dos problemas brasileiros em escala global como tema incontornável da agenda contemporânea.

A atuação docente pretendida também cooperará para que o IEB reflita sobre as suas linhas de colecionamento, considerando se tratar de uma instituição universitária que tem também como desafio reunir e dispor de fontes materiais capazes de pensar a sociedade brasileira em sua diversidade e complexidade. Cumpre salientar que se espera do futuro docente também engajamento no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e inovação e na gestão universitária, fazendo convergir suas atividades com os intentos de cultura e extensão do IEB, conforme preconizado pelo projeto acadêmico do Instituto em vigor.

São Paulo, 13 de dezembro de 2023.

Profa. Dra. Monica Duarte Dantas

Diretora



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 1747-JQYU-Y7QC-A65X no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/1747-JQYU-Y7QC-A65X>

Monica Duarte Dantas

Nº USP: 1241071

Data: 13/12/2023 12:32